



LUANA OLIVEIRA

AGRICULTURA URBANA E MIGRAÇÕES:

processos de resistência e interculturalidade

LUANA DO CARMO ARAUJO DE OLIVEIRA*

CRISTIANA GUIMARÃES ALVES**

BRUNO MARTINS DALA PAULA***

RESUMO Neste artigo, promove-se uma reflexão sobre o papel da agricultura urbana (AU) no uso e ocupação do espaço urbano e sua conexão com os processos migratórios. A AU é uma prática com multifuncionalidades, uma vez que integra aspectos ecológicos, sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento de cidades economicamente justas, ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis. No entanto, o que se pretende neste texto é visibilizar os aspectos sociopolíticos, bem como simbólicos e culturais da AU, ou seja, discutir seu caráter promotor de direitos e coesão social, nos processos de vínculo comunitário, na expressão de práticas tradicionais, em resistência às imposições do modelo de vida ditado pelo sistema socioeconômico dominante, visando à valorização da identidade cultural e das novas territorialidades em experiências de migrações.

PALAVRAS-CHAVE Agricultura urbana. Migrações. Interculturalidade.

URBAN AGRICULTURE AND MIGRATIONS: endurance and interculturality processes.

ABSTRACT This article reflects on the role of urban agriculture in the use and occupation of urban spaces and its connection with migratory processes. Urban agriculture is a multifunctional practice that integrates ecological, social, cultural and political aspects to facilitate the development of economically just, ecologically sustainable and culturally sensitive cities. This article focuses on the sociopolitical, symbolic and cultural aspects of urban agriculture that promote human rights and social cohesion in community relations, and traditional practices within the model of life imposed by the dominant socioeconomic system in the valuation of cultural identity and the new territoriality of migratory experiences.

KEYWORDS Urban agriculture. Migrations. Agriculture in the urban space

* Bióloga pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Antropologia de Iberoamérica pela Universidad de Salamanca, Espanha. E-mail: luaolive@usal.es

** Geógrafa e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: cristianagalves@gmail.com

*** Nutricionista, mestre e doutor em Ciência de Alimentos pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

E-mail: bruno.paula@unifal-mg.edu.br

Agricultura no espaço urbano

A expressão “Agricultura Urbana e Periurbana” (AUP) foi proposta em 1999 pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) para definir as práticas produtivas, incluindo processamento de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, realizadas no interior das cidades e/ou em suas áreas periféricas (ZAAR, 2011). Na realidade, não se trata de experiências recentes, mas um fenômeno inerente à cidade, ou seja, falar das cidades é também mencionar a agricultura no cerne de seus primórdios. Para Almada e Souza (2017), a domesticação das primeiras espécies vegetais possivelmente tenha ocorrido próxima às áreas de moradia dos primeiros agricultores-coletores a partir da revolução do neolítico.

O meio urbano, ao contrário do que se pretendeu com a institucionalização de modelos de urbanização cartesianos, precisou que a agricultura estivesse obviamente entrelaçada às suas construções de concreto para que pudesse subsistir como uma fonte segura de produção e processamento de alimentos. A capital mineira, Belo Horizonte, foi um exemplo desse modelo, o qual, mesmo que não tivesse como foco a fluidez entre o urbano e o rural, concebia uma cidade que combinava áreas urbanas, periurbanas e rurais, sendo essas duas últimas responsáveis por parte do abastecimento urbano de alimentos mais perecíveis. Atualmente, a cidade praticamente não apresenta áreas periurbanas e rurais em razão do intenso processo de urbanização que priorizou a impermeabilização de grandes áreas. Essa cultura urbana foi difundida numa cidade que se pretendia metrópole, tornando-se, por isso, desfavorável à conservação de espaços naturais. E, em razão do modo de vida urbano, não favorece também a criação de estratégias de manutenção do contato com a terra, devido ao cotidiano apressado no qual não há tempo para o cultivo. Como sugere Certeau (1994), esse é um cotidiano que nos cabe em partilha, que nos pressiona dia após dia, que, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Ainda assim, aqui tratamos de um sujeito que o autor chama de

homem ordinário, aquele que inventa o cotidiano com mil maneiras, de uma caça não autorizada, aquele que escapa a esse modelo, por necessidade ou por inconformidade. Essas invenções do cotidiano, segundo Certeau, são as astúcias sutis, artes de fazer, as táticas de resistência que, por fim, estabelecem uma reapropriação do espaço.

A oposição entre cidade e cultura agrária e a arte da resistência

No devir do processo de intensificação da urbanização, as práticas agrícolas foram movidas cada vez a maiores distâncias dos centros metropolitanos. Em alguns casos, criou-se uma fictícia independência das cidades pelo abastecimento de produtos locais (COUTINHO, 2010). O urbano passou a ser caracterizado como espaço construído, artificial e tecnológico; ainda que essas práticas sempre estivessem presentes em seu cenário associadas à resistência e reprodução cultural, especialmente de populações migrantes.

Essa é, a propósito, a maior divisão do trabalho material e intelectual, que só é possível num cenário de propriedade privada, segundo Marx e Engels (1948). A separação da cidade e do campo tem início com a transição da barbárie para a civilização, com a criação do Estado, e se estende por toda a história da civilização até os nossos dias. A cidade aparece como um local de concentração da população e instrumentos de produção, lugar de produção e reprodução do capital, onde ocorre a espetacularização da vida, das necessidades. O campo se torna a realidade oposta, do isolamento, do atraso e da solidão.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Ela criou cidades enormes, aumentou o número da população urbana, em face da rural, em alta escala e, assim, arrancou do idiotismo da vida rural uma parcela significativa da população. Da mesma forma como torna o campo dependente da cidade, ela torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente (MARX, ENGELS, 1948).

Hissa e Wstane (2009) falam da cidade moderna como uma expressão de um mundo bipartido entre a cidade como “obra de arte” e a “cidade da técnica”. Essas duas formas de cidade podem ser retratadas por alguns termos antagônicos, tais como o espaço do lento e do rápido, do afeto e do impessoal, da identidade e do anonimato, dos encontros

e das fronteiras, de uma cidade para todos ou de poucos. A cidade como obra de arte se refere à arte do viver humano no mundo. É o território de possibilidades de experiências e de práticas, significâncias, criatividade, sonhos e das relações inclusivas. É lugar da expressão de subjetividades, a exemplo dos grafites e dos quintais e hortas urbanas.

No entanto, de acordo com esses autores, o espaço que agrega é também o que exclui. A cidade da técnica, ao contrário, é resultado do planejamento excludente e da racionalidade cartesiana, a qual rouba, silencia e esconde as experiências artísticas, práticas espontâneas e sabedorias próprias da cotidianidade das populações que se encontram e fazem do urbano a textura de suas novas vidas.

Segundo Hissa e Wstane (2009), a cidade da técnica tenta invisibilizar e desqualificar a cidade da arte. A rapidez da cidade hipermoderna não compreende que a domesticação da arte é também a domesticação da vida e dos encontros. No entanto, os autores afirmam que existem cidades dentro da cidade, ou seja, que a cidade não se constrói em uma unicidade temporal e territorial. Ao contrário, ela se faz anacronicamente e por pluricartografias que se opõem. Existem vozes híbridas na cidade que manifestam outras possibilidades. São projetos de resistência que fazem parte do que esses autores chamam de “cidade incapaz”, a qual é representada pelos espaços de indignação, de desejo de transformação, território das mulheres e homens de utopia e dos movimentos contra hegemônicos (HISSA E WSTANE, 2009). A cidade incapaz está em dialética com a cidade como obra de arte, uma vez que são espaços que reivindicam o retorno do lugar da arte na urbe.

Nesse sentido, Morán (2010) argumenta que, no transcurso do desenvolvimento do mundo moderno, as práticas agrícolas emergem através de processos cíclicos para cumprir funções de subsistência, estabilidade social, do capital e articular reivindicações políticas e projetos de intervenção socioambiental na urbe. Primeiramente, destacaremos o que essa autora chama de “hortas para pobres”, as quais definem práticas de produção de alimentos e criação de animais que têm a função de subsistência, em virtude de situações de crises, insalubridade e fome. Em experiências latino-americanas, essas hortas são descritas como iniciativas espontâneas e informais nas periferias de áreas urbanas e em seus aglomerados populacionais resultantes das migrações internas vinculadas ao êxodo rural e ao crescimento dos grandes centros metropolitanos.

A agricultura urbana nos processos migratórios brasileiros

No Brasil, em meados do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, especialmente nas regiões sudeste e centro-oeste, a população urbana brasileira superou a rural. Esse fenômeno aconteceu de forma rápida e desorganizada. As fortes migrações de origem rural, que se deram majoritariamente em virtude da busca por melhores condições de vida e pela situação de vulnerabilidade social, foram fatores importantes para a alteração na distribuição populacional brasileira. Outros fatores também merecem destaque, tais como o inerente e significativo crescimento das próprias áreas urbanas e a consequente incorporação de novas áreas, que foram então classificadas como urbanas nos censos demográficos. O Brasil, que tinha uma população urbana equivalente a 36% do total da população no ano de 1950, atingiu mais de 81% no ano de 2000 (IBGE, 2006). Nas grandes cidades, muitos dos emigrantes rurais depararam com um planejamento urbano excludente, sendo obrigados a fixarem-se nas periferias e demais áreas desamparadas de serviços urbanos. Seus direitos humanos básicos não eram assegurados e viviam face a face com sérios problemas referentes à habitação precária, condições de saúde comprometidas, ausência de segurança, precariedade de ensino público e acesso dificultoso a uma alimentação que atendesse às suas necessidades.

Diante dessa nova realidade, as práticas de AU possibilitam o cultivo de alimentos em quintais ou mesmo em pequenos espaços da casa, apartamento ou barracão, como forma de sobrevivência frente às dificuldades impostas pelas condições da vida urbana e como expressão do cerne de suas histórias de vida, o cuidado com a terra. Os saberes trazidos do campo em associação com a descoberta de um novo estilo de vida e a carência por espaços “próprios” para o cultivo de alimentos dão margem ao uso e apropriação de técnicas, objetos e espaços alternativos destinados à prática da AU. Garrafas de polietileno tereftalato (PET) e outras embalagens, pneus usados, baldes e panelas descartadas dão vida às hortas urbanas. A reciclagem e reutilização de resíduos domésticos (orgânicos e inorgânicos) representam alguns dos inúmeros benefícios relacionados a essas práticas, que proporcionam redução do volume de materiais destinados aos aterros sanitários e contribui, assim, com a sustentabilidade ambiental dos centros urbanos (DALA PAULA et al., 2010).

Seria utópico considerar a AU como solução única para os complexos problemas populacionais relacionados à nutrição e alimentação, em especial ao aumento da prevalência da obesidade e a não realização do direito humano à alimentação adequada, direito resultante da aprovação da Emenda Constitucional nº 64 em 2010, que incluiu a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2010). Mesmo assim, os alimentos provenientes da AU podem contribuir positivamente com a qualidade de vida de seus praticantes e da comunidade ao entorno, por serem frescos e diversificados e oferecerem, por isso, maior aporte de micronutrientes (vitaminas, minerais), além de fibras, que é um componente importante para o adequado funcionamento intestinal. E isso, vale enfatizar, sem aumentar o aporte calórico total da refeição (BRASIL, 2014), garantindo dietas ricas e variadas por um baixo custo de produção e sem gerar impactos negativos ao ambiente urbano.

Outro costume resgatado pelos imigrantes provenientes das áreas rurais é o extrativismo vegetal de plantas medicinais em remanescentes de mata nas proximidades urbanas, que servem como recurso terapêutico utilizado por muitas famílias em suas práticas populares de cuidado com a saúde, costume que se perpetua também por meio de atores, como benzedeiros(as), raizeiros(as) e parteiras trasladados às periferias urbanas. O acesso às plantas medicinais proporciona certa autonomia aos emigrantes rurais que, enquanto viviam no campo, utilizavam-nas em associação com seus saberes e práticas culturais, como um dos principais recursos terapêuticos, em razão da dificuldade de acesso físico e econômico aos tratamentos da medicina convencional. Além da produção alimentícia, a AU promove benefícios ecológicos e, na gestão urbana, constitui atividade responsável pela criação e fortalecimento de uma identidade cultural, que resiste mesmo sendo depreciada na dinâmica de vida nos grandes centros urbanos, em consequência da hegemonia do conhecimento científico, que muitas vezes desvaloriza o saber popular.

Plantando e colhendo saberes na cidade: Prática extensionista no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, MG

Um Projeto de Pesquisa e Extensão realizado por estudantes e profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com parcerias entre professores do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Geociências (IGC) e Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura¹, atuou, de 2008 a 2013, nas comunidades do maior aglomerado de vilas de Belo Horizonte: o Aglomerado da Serra.

O Aglomerado da Serra está localizado nos morros de parte da Serra do Curral, região centro-sul da capital mineira e é composto de seis vilas: Vila Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Cafezal e Novo São Lucas. Segundo dados do Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na época da realização deste Projeto de Pesquisa e Extensão, o Aglomerado da Serra já contava com mais de 46 mil residentes, distribuídos em aproximadamente 13.462 moradias, numa área total de 1.470.483 m² (UCLG, 2010). Grande parte dessa população é advinda de emigrantes rurais, que consigo trouxeram conhecimentos e saberes tradicionais da produção agrícola, uso de plantas medicinais e criação de animais que, num processo de readaptação, resistem em pequenos quintais, na dinâmica da sacionatureza urbana dessas comunidades.

O referido projeto intitulou-se “Plantando e colhendo vida na cidade: promoção de práticas de AU como ferramenta de desenvolvimento local no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte – MG” e foi premiado entre os vinte melhores projetos de extensão da UFMG em 2013. As ações desenvolvidas relacionavam a AU, Economia Popular Solidária, Divulgação Científica e Educação Popular, com o intuito de valorizar os conhecimentos tradicionais, promover Soberania e Segurança Alimentar e fortalecer as práticas populares de cuidado com a saúde no Aglomerado da Serra.

Durante o desenvolvimento do projeto, a Horta Comunitária do Cafezal (Figura 1), constituiu-se em espaço de formação em AU. Nela foram realizadas diversas atividades, como oficinas, cursos, mutirões e até o cultivo de uma farmácia viva, que supria de matéria prima o Grupo de Plantas Medicinais Santana², o qual também surgiu

1 Grupo formado por estudantes, pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento: Biologia, Geografia, Nutrição, Ciências Sociais, Ciências Socioambientais, Farmácia e Gestão Pública. Realiza ações na temática da AU e agroecologia urbana, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Aroeira teve origem em articulações no contexto acadêmico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no final de 2006.

2 Grupo formado, em 2009, por moradores do Aglomerado da Serra, em sua maioria pessoas da terceira idade e integrantes do Grupo Aroeira. Funcionava em espaço cedido pela Associação de Moradores do Cafezal onde ocorriam reuniões semanais e posteriormente quinzenais para compartilhar conhecimentos sobre plantas medicinais, bem como produzir fitocosméticos, como sabonetes medicinais, pomadas para cicatrização e xaropes em uma farmácia caseira. Esses produtos eram vendidos pelos participantes na própria comunidade.



Figura 1: Horta Comunitária do Cafezal, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG
Foto: Luana Oliveira (autora)

decorrente das ações desenvolvidas conjuntamente entre docentes e discentes da universidade e moradores dessa comunidade.

A Horta Comunitária do Cafezal desempenha um ponto de articulação entre quintais e cultivos do entorno comunal, estabelecendo uma rede de trocas de conhecimentos e produtos. O compartilhamento de mudas e sementes contribui para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e de vida comunitária entre os moradores, e articula os espaços de uso privado e coletivo da comunidade. As experiências e aprendizagens acumuladas durante esse largo processo de extensão acadêmica evidenciaram que, no Aglomerado da Serra, os conhecimentos compartilhados fazem parte da cultura desses grupos migrantes e encontram-se relacionados com sua história de vida. A própria etimologia da palavra cultura tem suas raízes nas práticas de produção agrícola. Cultura provém de “cultivo”, que, por sua vez, remete ao cuidado com a terra, a saberes e técnicas, materialidades, processos adaptativos, crenças, criatividade, valores afetivos e subjetividades desempenhados por grupos humanos no labor agrário.

Os saberes trazidos da “roça” pelos imigrantes são ressignificados cotidianamente na vivência e no espaço urbano e sofrem transformações e adaptações a uma nova epis-

teme. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2010), os saberes tradicionais se baseiam nas experiências que se têm sobre o mundo de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram, ou seja, o conjunto de conhecimentos ecológicos (*corpus*) e práticas produtivas (*práxis*) estão relacionados aos processos históricos e contextos espaciais. Esses saberes são transmitidos de geração a geração por oralidade e revalidados na prática. O *corpus* e a *práxis* não estão isentos de alterações e, por isso, sofrem adaptações a novos contextos. O resultado é um processo histórico de acumulação de conhecimentos que toma a forma de uma espiral.

Sendo assim, o âmbito cultural e as expressões dos modos de vida estão estreitamente relacionados com uma sociabilidade e uma espacialidade. Nas cidades, os saberes tradicionais e contemporâneos se entrecruzam e são reinventados no contexto urbano, marcado pela limitação do espaço físico, que acaba por fazer surgir formas criativas de plantar e criar animais. Latas, lajes, pneus, terrenos com alto declive são recursos aproveitados para incorporar os saberes tradicionais ao contexto urbano. A criação de cabras de um morador do Aglomerado da Serra (Figura 2), em um pequeno terreno íngreme nos fundos de seu quintal, é um exemplo. O cercado e o cocho de seus animais foram produzidos com materiais reutilizados, tais como descartes da construção civil.



Figura 2: Criação de cabras de um morador do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. Foto: Luana Oliveira

Quintais e hortas urbanas: agrobiodiversidade e soberania alimentar nas cidades

Considerando um novo paradigma em construção, a AU não é apenas um resquício do rural no urbano, mas uma prática ressignificada em conhecimentos, significados e materialidades, que passam a ser inerentes ao híbrido tecido urbano e seus modos de vida (CARNEIRO, 1998). A concretude de muitas experiências de AU se dá em quintais, que, segundo Almada e Souza (2017), são amostras representativas de experimentação, trocas e processos coevolutivos, constituídos de espécies de plantas e animais nativos e aquelas trazidas das mais diversas partes do mundo durante os processos de migração e colonização.

Esses espaços possibilitam ainda o resgate das dimensões sócio-históricas e culturais dos alimentos tradicionais frente à crescente urbanização dos modos de vida. Nesse ponto de análise, os quintais e hortas urbanas são refúgios da agrobiodiversidade³, como o cultivo de “plantas alimentícias não convencionais” (PANC’s). Esse termo se refere às plantas parcial ou completamente comestíveis, que podem crescer de forma espontânea ou cultivadas, de origem nativas ou exóticas e que não são comumente consumidas, seja pelo desconhecimento de parcela da população, por não se tratar de uma cultura lucrativa ou interessante ao atual sistema dominante de produção agrícola (monocultura intensiva), seja pela baixa repercussão na cadeia comercial. Sabemos que a redução da diversidade agrícola está diretamente relacionada ao empobrecimento das dietas alimentares. Cerca de 90% dos alimentos convencionalmente consumidos provêm de apenas 20 espécies vegetais, enquanto se estima que, apenas no Brasil, existem mais de três mil espécies de plantas alimentícias de ocorrência conhecida (KELEN et al., 2015). Ainda sobre os aspectos nutricionais, as PANC’s geralmente apresentam maiores teores em fibras e compostos com funções antioxidantes, quando comparadas às espécies convencionais (KINUPP & BARROS, 2008). Outro fator que contribuiu para o desuso das PANC’s é a associação que se faz dessas espécies com “alimentos de pobres”, o que implica depreciação e, em virtude disso, passam a ser julgadas como “matos” ou “ervas daninhas”. Entre os exemplos, estão o umbigo de bananeira⁴ e o ora-pro-nóbis (*Pereskia spp.*), conhecido popularmente como “carne de pobre”. No entanto, as PANC’s vêm sendo alvo de inúmeros trabalhos científicos (DUARTE & HAYASHI, 2005; KINUPP & BARROS, 2008;

3 O conceito de agrobiodiversidade engloba todos os elementos da interação do homem com os ecossistemas, ou seja, de sua inventividade e criatividade no cuidado com a terra e o ambiente natural. Inclui diversidade genética, de paisagens, microbiana, polinizadores, seres nocivos às plantas ou animais e seus predadores, de práticas de cultivo, inovações, usos, produtos processados por meio do cultivar ou criação, os sistemas socioeconômicos e culturais associados. (SANTILLI, 2009).

4 Também conhecido como coração de bananeira, devido ao seu formato, refere-se à espiga terminal das flores de bananeira, plantas do gênero *Musa*. Usam-se as brácteas, estruturas foliáceas associadas à proteção da inflorescência, em receitas culinárias.

CAXITO et al., 2015; BOAKYE et al., 2017), e o seu consumo e uso tradicional têm sido incentivados por diversos profissionais da área da saúde e da cultura. O próprio ora-pro-nóbis foi resgatado como ingrediente singular em receitas da tradição mineira e ganha destaque em festivais gastronômicos de Minas, a exemplo do Festival do Ora-pro-nóbis, realizado anualmente na cidade de Sabará (PMS, 2017).

Ainda na sua dimensão social, a FAO (1999) ressalta que a produção de hortaliças e a criação de animais no modelo da AU contribuem com a absorção de mão de obra, gerando produtos com valor agregado que possibilitam a obtenção de rendimentos, que, por sua vez, permitem aos agricultores urbanos maior acesso econômico a outros gêneros alimentícios fundamentais à alimentação humana e que não são provenientes do seu cultivo. Vale destacar que a geração de renda também pode ocorrer de forma indireta, ou seja, proporcionada pela reduzida necessidade de aquisição dos produtos da AU em feiras e mercados, já que eles são obtidos nos quintais.

Outro benefício das hortas urbanas consiste na oportunidade que o comprador tem de negociar as frutas e hortaliças de interesse, diretamente no local de produção, com os próprios agricultores. Essa relação direta entre consumidor e produtor proporciona inúmeros benefícios a ambos. O produtor terá a possibilidade de vender seus produtos por preços justos, realizar a colheita das hortaliças no momento da venda, o que garante qualidade e evita desperdícios. Também se torna possível, ainda, ouvir os desejos e anseios dos consumidores e atendê-los de forma satisfatória. Por outro lado, os consumidores também ganham com essa relação, uma vez que os atravessadores, responsáveis pelo significativo aumento do custo dos produtos vendidos em supermercados e “sacolões”, são eliminados. Outra vantagem é o conhecimento que se pode ter da forma de produção (com uso ou não de agrotóxicos e qualidade da água de irrigação), origem do produto e, conseqüentemente, maior confiança e segurança nos alimentos consumidos. O vínculo entre o agricultor urbano e o consumidor também exerce um importante papel no fortalecimento, resgate e perpetuação dos saberes tradicionais, em especial aqueles relacionados à forma de cultivo, consumo e preparo das PANC's e plantas com propriedades medicinais.

Todos esses aspectos influem diretamente na promoção de qualidade de vida. Esses fatos tornam ainda mais importante essa forma de reprodução cultural como parte das ações de soberania alimentar para as populações urbanas e também como prática

da agroecologia urbana, conceito que define formas de cultivar uma cidade sustentável e que promova qualidade de vida a todos os cidadãos, sobretudo aos grupos de migrantes em situação de vulnerabilidade social.

Hortas comunitárias: lugares de memórias, apropriação sócio-política-cultural e (re)territorialização de populações migrantes

Resgatando a tipologia de hortas proposta e sistematizada por Morán (2010) e vislumbrando analisar outras correlações entre migrações e práticas agrícolas urbanas, ressaltaremos também as experiências nomeadas pela autora como “hortas comunitárias”. São práticas agrícolas emergentes nas cidades usadas como repertório de confronto⁵ de iniciativas populares de cidadãos comprometidos em atuar como agentes de transformação social no território. Essas hortas comunitárias não respondem a uma crise em singular, mas a uma superposição de diversas crises: crise econômica, ecológica, alimentar, de representação política, de valores e crenças e do modelo urbano hegemônico (MORÁN, 2010).

5 “Repertório de confronto ou de ação coletiva é um conceito cunhado por Charles Tilly com base em suas análises sobre a luta política de movimentos sociais. Aparece, em 1976, em sua obra *“Getting together in Burgundy - 1675-1975”*, mas em obras posteriores passou por reformulações. O intuito era mostrar “maneiras pelas quais a cultura molda possibilidades de ação no curso dos conflitos políticos” (ALONSO, 2012). De forma geral, refere-se às formas de ações ou performances compostas de elementos sociais e culturais (conhecimentos, habilidades e símbolos) utilizados e adaptados em diferentes contextos por uma coletividade, como meio de fazer visíveis suas reivindicações e alcançar transformações sociais (ALONSO, 2012).

No caso da Horta Comunitária do Cafezal, os vizinhos se mobilizaram para transformar um terreno baldio, localizado aos fundos da Associação de Moradores do Cafezal e de uma creche infantil, em área comunitária e produtiva, uma vez que o local era tido como um problema por ser ponto de consumo e venda de entorpecentes, de acúmulo de entulhos e constituir-se em foco para a transmissão de doenças, tais como a dengue e a febre amarela, além de ser propício ao desenvolvimento de animais peçonhentos e ratos.

No marco da sociedade civil, essas hortas comunitárias funcionam como espaços de micropolíticas que almejam construir dinâmicas alternativas de apropriação do território por todos os cidadãos, com garantias de expressão dos seus modos de vida. De acordo com Lefebvre (1969), luta-se pelo “Direito à cidade”, que não está apenas relacionado com o direito de acesso equânime a bens e serviços oferecidos pela cidade, mas transcende essa perspectiva e se correlaciona ao direito de “obrar” a cidade, ou seja, de ser coprodutor da espacialidade, promovendo espaços inclusivos e de pertencimento social.

O processo de urbanização produziu diferenças de valores nas relações sociais, as quais são cada vez mais marcadas por impessoalidade. Augé (1998) discute como a sobremodernidade produziu os chamados “não lugares”, que são espaços públicos que se caracterizam por vínculos sociais fracos, transitórios e marcados por relações utilitaristas. Entre os exemplos, estão os espaços de circulação, como avenidas, aeroportos, caixa eletrônico e outros veículos de mobilidade. O território é, por sua vez, espaço apropriado pela cultura e cenário das relações sociais. As ruas, edifícios, parques, muros, espaços livres e construídos são campo de cultivo dos conhecimentos, habilidades, práticas, significações, subjetividades, imaginários, crenças, desejos e tudo o que essencialmente se involucra nos modos de vida urbanos. Conforme explicita Lefebvre, o ser humano tem necessidades antropológicas, elaboradas socialmente, de experimentar os sabores, cheiros, texturas, sons, ruídos, paisagens, encontros e demais percepções do mundo (LEFEBVRE, 1969).

Casadevante e Morán (2012) descrevem a diferença entre espaço público despolitizado ou convencional e espaço público apropriado pela coletividade e transformado em um espaço comunitário. O primeiro segue as diretrizes questionadas por Augé, ou seja, trata-se de espaço progressivamente mercantilizado, no qual as pessoas desempenham apenas o papel de usuários. Além disso, são criados em um desenho técnico com materiais novos e descartáveis. Sobretudo são espaços que produzem estranhamento nas pessoas, o que denuncia seu caráter de espaço desterritorializado.

Por outro lado, os espaços comunitários, como hortas urbanas, são autoconstruídos em uma gestão coletiva, criativa, que integra uma multiplicidade de conhecimentos, marcada por uma interculturalidade. São desmonetizados e valorizam a coesão social e o resgate dos vínculos de vida comunitária. Essas características possibilitam que sejam espaços flexíveis, polivalentes e, portanto, apropriados pelos habitantes. Para Milton Santos, quando o homem está diante de um espaço do qual ele não foi partícipe da sua construção, cuja história desconhece e não lhe é própria, cujas memórias não compartilhem, este se torna um espaço de alienação (QUEIROZ, 2014). O ser humano, como um sujeito histórico, social e cultural, tem a necessidade de estabelecer significações com o espaço vivido, o que não significa dizer que o migrante não é um ser social em razão de sua história de vida ter-se contruído em local diferente daquele onde se encontra imigrado, nem mesmo pelo fato de não estar totalmente inserido e rodeado

por relações sociais de pertencimento ao novo grupo. Pela sua vivência anterior, ele tem condições de interpretar o mundo em que está inserido, criando condições e sentido para entender o lugar que ocupa. O lugar é o espaço vivido e percebido, marcado pela dimensão simbólica e cultural. Baseado nisso, Giménez (2005) promove discussão sobre identidades “territorializadas” e desterritorializadas”.

A modernidade produziu espaços segregadores e grupos desterritorializados tanto em sentido físico, por estarem deslocados de suas regiões de origem, quanto em sentido imaterial, ou seja, pode ser uma “[...] desterritorialização em termos simbólicos e subjetivos, de valores e modos de vida e de habitar” (GIMÉNEZ, 2005, p. 23). Esse é o caso de milhões de refugiados e migrantes em geral, que se propõem a viver em outros países.

De acordo com o *International Migration Report 2017*, publicado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU, 2017), estima-se que, atualmente, 258 milhões de pessoas vivem fora do seu país de nascimento, incluindo aí 26 milhões de refugiados ou requerentes de asilo, ou seja, cerca de 10% do total. Isso significa que 3,4% dos habitantes do mundo hoje têm o status de migrantes internacionais. Esses números significam um aumento de 49% desde 2000. O relatório analisa as últimas tendências de migração e expõe que os países de alta renda receberam 64%, ou quase 165 milhões, do número total de migrantes internacionais em todo o mundo. Esses movimentos mostram significativas consequências, uma vez que contribui para o crescimento da população em algumas partes do mundo ou mesmo inverte o declínio em outras. Entre 2000 e 2015, por exemplo, a migração contribuiu com 42% do crescimento populacional na América do Norte e, com 31% na Oceania. Na Europa, o tamanho da população total teria diminuído durante o período 2000-2015 na ausência de migração. Na maioria dos países da Europa, América do Norte e Oceania, os migrantes internacionais representavam mais de 10% da população total em 2017. Por isso, a migração internacional também se torna preocupação nas discussões para implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes da ONU atribui aos países signatários responsabilidades de assegurar os direitos humanos de todos os migrantes e refugiados, bem como combater a xenofobia ou qualquer tipo de discriminação e intolerância (ONU, 2017). Diante desse cenário, é imperativa a necessidade de promover processos de (re)territorialização dessas popu-

lações migrantes, ou seja, de recuperação e ressignificação do território como espaço vital desde o ponto de vista político e cultural. É nesse ponto que também atuam as hortas comunitárias destacadas por Morán (2010).

Como já mencionado neste artigo, as práticas agrícolas na urbe são manifestações espontâneas dos cidadãos. No entanto, as discussões acadêmicas e governamentais sobre AU começaram a partir da década de 1980, impulsionadas por um novo pensamento ambiental (ZAAR, 2011). Uma década antes, nos anos de 1970, ressurgem os jardins e hortas urbanas nos Estados Unidos, em um contexto de recessão econômica, como ferramenta de apoio comunitário (“*Community Gardens*”). Uma iniciativa considerada referência de práticas de agricultura urbana como repertório contestatário de ação coletiva começou em Nova York e foi chamada de “*Green Guerrillas*”. Essas ações consistiam em “bombardeio” de sementes envolvidas por terra em pequenas bolsas, como se fossem “granadas verdes”, sobre terrenos vazios da cidade. O objetivo era chamar a atenção das autoridades e da população para o depreciação por terrenos ociosos e tentar embelezá-los e torná-los produtivos. O passo seguinte foi construir hortas comunitárias para a alimentação dos cidadãos. Esse movimento foi bastante exitoso e conseguiu que a prefeitura criasse uma agenda municipal para a AU e uma gestão municipal de terrenos públicos para o cultivo de jardins e hortas comunitárias (MORÁN, 2010). A AU está vinculada a diversos temas e âmbitos da vida nas cidades, o que propicia uma interface de comunicação entre diferentes movimentos sociais, de ecologistas, de mulheres, de combate à fome e soberania alimentar, assim como de refugiados e imigrantes. Dessa forma, ela tem o potencial de ser ressignificada como ferramenta de ação em espaços de micropolíticas promovidas por iniciativas coletivas de bairro. Esse exercício de microubanismo expressa uma desconformidade com o modelo dominante de cidade, assim como dos estilos de vida induzidos por ela.

As práticas agrícolas integram uma multiplicidade de reivindicações referentes à apropriação dos espaços públicos, processos de gentrificação de bairros, segregação de classes e etnias, aspirações por coesão social e cidadanias participativas. Sendo assim, a AU se apresenta como uma referência cultural apropriada e readaptada ao posto de prática coletiva criativa utilizada por uma variedade de agentes sociais, com diferentes objetivos, mas que se convergem em um desígnio de atuar sobre uma realidade social conjuntamente. Ou seja, essas iniciativas espelham uma visão dialética das problemá-

ticas que afetam o cotidiano do povo e as transformações sofridas pelo sistema-mundo. Essas hortas são o meio e o fim dos anseios por um novo paradigma social urbano.

Esses tipos de iniciativas podem ser incorporados ao que Santos (2001) considera “Novos Movimentos Sociais” (NMSs), que são caracterizados pelo autor como uma emergência de movimentos que identificam novas formas de opressão, que vão além das relações de produção, como guerras, poluição, machismo, racismo, xenofobismo e segregação. Os problemas oriundos da modernidade afetam o modo como se trabalha e produz, mas também a forma como se descansa e se vive. No entanto, o mesmo au-

tor destaca que não se pode desconectar os NMSs da historicidade das relações de produção, uma vez que a lógica de exploração, por meio da extração da plusvalia econômica, passa a difundir-se também em outros setores da vida social. A plusvalia globaliza-se e pode ser sexual, política, étnica, religiosa e cultural. Ela pode ter lugar nos hábitos de consumo, nos grupos políticos que decidem os rumos de um Estado, assim como na relação homem-natureza (SANTOS, 2001).

Por isso, os NMSs trazem em sua base uma crítica ao sistema capitalista e articulam um leque de assuntos do cotidiano, construindo sua mobilização na sociedade civil por meio de ações emancipatórias, descentralizadas, horizontais e abertas a uma democrática participação cidadã. Entre os NMS, existem muitos projetos contra hegemônicos ao ideário neoliberal, que apresentam a implementação de práticas de agricultura urbana como alternativa e resposta aos problemas urbanos. Como exemplo, pode-se citar o Movimento 15M⁶, na Espanha, que empregou como uma de suas tá-



Figura 3 - Fotos panorâmicas dos espaços socioculturais A) “El Campo de la Cebada”, B) Horta da Associação Cultural “Esta es una Plaza!” e C) Horta do Centro Cultural Autogestionado “La Tabacalera”, Madrid, Espanha. Foto: Luana Oliveira

ticas de mobilização e reivindicação a construção de hortas comunitárias que ficaram conhecidas como “*Huertos de los indignados*”.

Atualmente, em Madrid, pode-se mencionar três experiências de ocupações autogestionadas em seu centro histórico que cultivam hortas como parte do repertório político de ação coletiva em espaços com propostas socioculturais. São eles: “*La Tabacalera*”, “*Esta es una Plaza!*” e “*El campo de la cebada*” (Figura 3).

6 Também conhecido como “Movimento dos Indignados”, foi um fenômeno de diversos protestos e ações coletivas iniciadas no dia 15 de maio de 2011 em Madrid com grande espectro ideológico e forte apoio social. Esse movimento representava o descontentamento da população com a gestão do governo e com o modelo oligárquico de representação política, representando novas formas de os cidadãos atuarem na sociedade e nos espaços públicos (Rodríguez-Polo, 2013).

Agricultura urbana como ferramenta de interculturalidade nos movimentos migratórios

Os cidadãos envolvidos nas hortas comunitárias madrileñas citadas são contrários à mercantilização dos espaços públicos e à especulação imobiliária, que crescem na cidade e resultam em processos de gentrificação de bairros tradicionais da capital espanhola, como o Bairro Lavapiés. São espaços heterogêneos que apostam nas hortas comunitárias urbanas como uma ferramenta para promover uma convivência intercultural.

A cidade é espaço onde se confrontam distintos interesses. São marcadas por desigualdades de acesso a recursos urbanos e possibilidades de participação na vida pública. Não são todos os habitantes da cidade que têm direito a benefícios, o que resulta em diferentes experiências de vida urbana. As desigualdades sociais ocasionam uma fragmentação da metrópole em guetos urbanos, em cidades dentro das cidades, toda vez que evidencia privilégios de alguns em detrimento de outros. Esse é o marco de uma cidadania dominada pelos preceitos neoliberais (SCHIAVO & GELFUSO, 2016).

Na cidade capitalista, não há lugar para os pobres, já que para ocupar o solo urbano é imprescindível um valor monetário. Novas acepções para o conceito de cidadania são suscitadas por acadêmicos e movimentos sociais que provocam discussão sobre uma nova cidadania como projeto de sociabilidade, que busque construir um sistema político inclusivo e igualitário desde o sentido sociocultural, ou seja, que promova uma cidadania que supere os processos excludentes e discriminatórios. A cidade é um lugar de diversidade de culturas e classes sociais. Nesse contexto plural, ela é campo de uma complexa rede de relações sociais geradoras de conflitos, mas também de solidariedade. Sobre isso, Zapata-Barrero (2001) expressa que “[...] *ser ciudadano es*

habitar la diferencia y abrirse a las fuentes de la creatividad y al proyecto ético de la otredad” (ZAPATA-BARRERO, 2001, p. 20). É uma ideia de cidadania que inclui as discussões sobre o desenvolvimento de uma ética intercultural. Aparício (2001) define o conceito de interculturalidade ao mesmo tempo que o difere do conceito de multiculturalidade. A interculturalidade implica uma relação respeitosa, pacífica e com vínculos comunitários entre os cidadãos que habitam uma dinâmica societal culturalmente heterogênea. O multiculturalismo, por sua vez, constitui-se em um processo que não pressupõe o estabelecimento efetivo de relações entre os indivíduos e grupos culturais diferentes, podendo formar guetos culturais urbanos.

Uma cidadania intercultural se relaciona aos preceitos estruturantes do “Direito à cidade” defendido por Lefebvre, uma vez que resguarda o direito da totalidade das pessoas em serem coprodutoras de pluriterritorialidades em um espaço comum, ou, em um jogo de palavras que se opõem às discussões de Augé (1998), produção de “espaço-lugar”, ou seja, pertencimento ao lugar em que se habita em uma convivência intercultural, como ilustra a célebre frase do movimento zapatista no México, “*un mundo donde quepan muchos mundos*”. Bonafé (2010) ressalta a cidade como currículo da interculturalidade. Na realidade pluricultural das cidades, é substancial que os sujeitos tenham acesso à experiência de encontro e reconhecimento do outro para refletir sobre as cidades modernas marcadas por ilhas culturais, conscientizar-se e promover processos de alteridade.

Em consonância com essa conjuntura, são emergentes os grupos de AU que desenvolvem práticas produtivas vinculando ideias-força, como coesão social, cidadania inclusiva e interculturalidade. Essas hortas comunitárias adquirem cada vez mais notoriedade nas ações coletivas para apropriação do espaço público e coesão social intercultural dos cidadãos para produção de novas territorialidades na urbe. Servem de exemplos as hortas interculturais (“*Interkulturelle Gaerten*”) na Alemanha, que são propostas de espaços comunitários e autogestionados construídos em terrenos ociosos das cidades para integração de grupos de todas as origens socioculturais. A primeira iniciativa surgiu em 1996, em Göttingen, e teve como autoras mulheres refugiadas bósnias que tinham o intuito de promover a integração social e cultural entre refugiados, migrantes em geral e a população local (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018). Essas imigrantes se transladam fugindo de situações de pobreza no campo ou con-

flitos de todo tipo e chegam às cidades alemãs desprovidas de recursos financeiros, num contexto cultural completamente diferente, sem falar do obstáculo de conviver com um idioma estrangeiro. Essas experiências espalharam-se por toda a Alemanha e, gradativamente, foram se articulando até a sua estruturação, em 2002, em uma Rede de Projetos de Jardins Interculturais apoiada por uma sociedade de pesquisa chamada “*Stiftung Interkultur*”. Essa ideia já se difundiu na Áustria, sob a coordenação do *Netzwerk Gartenpolylog*, e também em outros países como EUA, França, Bósnia, Irlanda (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018).

Cultivar a terra reconecta os migrantes com sua história de vida. Além disso, por meio do trabalho coletivo, criam-se laços de sociabilidade e amizade, assim como o resgate de valores solidários. Os imigrantes desenvolvem novas conexões com o lugar, experimentam a sensação de pertencimento que possibilita a construção de um novo processo de territorialização. Nas hortas, a comunicação principal ocorre por meio da linguagem da terra. No entanto, o intercâmbio linguístico que se dá nesses espaços pode ajudar no avanço das habilidades linguísticas dos imigrantes (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018)

Müller (2002) discute como o conceito de integração implica uma ideia de “dentro” e “fora”. Dentro seria o espaço desejável de entrar e ser membro. Por outro lado, o exterior é o espaço marcado por insegurança, pobreza, sonhos frustrados e marginalidade. Essa é a razão de haver desejos e melancolia nos processos de migrações. No entanto, a autora salienta que é possível estar “dentro” de uma sociedade enquanto se permanece “fora”. Esse antagonismo ocorre com os migrantes que não efetivaram o processo de integração. Eles não compartilham os “valores” culturais da sociedade na qual se ingressaram e acabam estabelecendo uma sociedade “paralela”. A integração não significa a assimilação no sentido de desaparecimento das diferenças, mas, sim, a possibilidade de os imigrantes ajudarem a moldar o país anfitrião. Muitas vezes o refugiado provém de experiências traumatizantes em conflitos, guerras, perseguições e dificuldades pelo afastamento de seus territórios de origem e história de vida. Os imigrantes perderam seus bens materiais, assim como suas redes sociais. Sentem falta da doação mútua, de celebrar festas, ir a lugares juntos e socializar com os vizinhos. Por isso, torna-se importante a criação de capital social para o processo de integração e sentimento de pertencimento, o qual é análogo ao processo de enraizamento de uma planta.

Muitos imigrantes sofrem problemas psicológicos, em alguns casos com expressões psicossomáticas. Os jardins interculturais também podem contribuir para o processamento do trauma terapêutico. O Centro de tratamento para as vítimas da tortura em Berlim, por exemplo, administra um jardim de cura intercultural que desempenha um papel importante na terapia de trauma com os refugiados (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018). A conexão com o cultivo de plantas de seus lugares de origem alivia o trauma do exílio. Outras vezes, os imigrantes não podem trabalhar porque ainda não receberam uma autorização do governo ou estão desempregados, sobretudo os mais velhos, porque existem poucas perspectivas de emprego e seus perfis de qualificação não atendem aos requisitos locais. Isso muitas vezes leva ao isolamento social. Nesses casos, o cultivo do jardim pode oferecer um sentido da significância da própria existência por meio de um trabalho construtivo, produtivo e de

envolvimento social, que atuam positivamente na autoestima dessas pessoas. Outro ponto relevante é que os participantes trazem sementes, técnicas de plantio, de cuidado e uso de plantas de variadas origens, o que torna a partilha de conhecimento mais enriquecedora. Assim, os imigrantes fazem experimentos interativos com seu novo lar: como germinar uma semente da Síria em solo e clima alemão? Por outro lado, os participantes nativos podem entender o porquê de existirem tantas músicas que falam sobre a chuva, em países e regiões de clima seco, por exemplo. Essa é uma forma de integração que se dá por meio de interações socialmente vinculadas com a natureza (MÜLLER, 2002).

Segundo Müller (2002), a prática social nos jardins e hortas comunitárias não é imprescindível, nem mesmo politicamente irrelevante. Ela é transformada pelos horticultores urbanos em uma biografia social. Sendo assim, essas hortas interculturais atuam positivamente no âmbito individual, sociopolítico e também em nível ambiental por promover cidades sustentáveis e inclusivas.

As hortas comunitárias articulam uma pluralidade de sensibilidades e reivindicações, entre as quais está a responsabilidade coletiva de construir processos de cidadania intercultural. A AU pode ser praticada em uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais. Em virtude disso, diversos países e governos locais passam a integrar a AU no rol de suas políticas públicas, principalmente como ferramenta para

promover o desenvolvimento socioambiental local.

Considerações finais

Finalmente, essas experiências de hortas comunitárias apresentam potencial para construir espaços abertos à alteridade. É possível observar no cotidiano das hortas comunitárias e quintais produtivos que as motivações para a prática da AU estão relacionadas, em sua maioria, à questão cultural, já que nelas se cultiva não só o alimento, mas o prazer de plantar, resgatando-se valores, saberes, costumes e hábitos referentes à vida no campo. A agricultura não se caracteriza somente por uma intencionalidade produtiva; ela transcende o significado de alimentação orgânica para as famílias e passa a nutrir o “ser cultural”. A práxis de cultivar é sobretudo um ato simbólico, político e afetivo (ALMADA et al., 2012). É possível afirmar que o lugar de origem dos moradores urbanos exerce grande influência em seus cultivos e alimentos consumidos, demonstrando uma diversidade de hábitos alimentares.

As práticas agrícolas urbanas contextualizam ideais do direito à cidade, o que as torna recurso de pedagogia política no exercício da cidadania para a defesa da cidade sob uma perspectiva participativa e inclusiva. Essas práticas propiciam acesso equânime a alimentos saudáveis e nutritivos, assim como possibilitam ressignificação de saberes e de identidades socioculturais dos migrantes, coesão social, interculturalidade e produção de novas territorialidades na urbe. Dessa forma, permite que o migrante, sujeito que Santos (1999) nomeia de “espírito alerta”, refaça, repense suas ideias de futuro a partir do momento em que entende melhor a realidade na qual se vê agora inserido.

Referências

- ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. Quintais como patrimônio biocultural. In: ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. *Quintais – Memória, resistência e patrimônio biocultural*. Belo Horizonte, Editora UEMG, 2017. p. 15-29.
- ALMADA, Emmanuel; MORAIS, Lídia; COUTINHO, Maura. O concreto arado. *Parahyba*, v. 2, p. 27-31, 2012.
- ALONSO, Angela. Repertorio, Segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociol. Antropol.* v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- APARICIO, Jesús Maria. *Interculturalidad, educación y plurilingüismo en América Latina*. Madrid: Pirámide, 2011. 238p.
- AUGÉ, M. *Los No Lugares. Espacios del Anonimato*. Barcelona: Gedisa, 1998. 128p.
- BOAKYE, A. A.; GUDJÓNSDÓTTIR, M.; SKYTTE, J. L.; CHRONAKIS, I. S.; WIREKO-MANU, F. D.; ODURO, I. Characteristics of *Xanthosoma sagittifolium* roots during cooking, using physicochemical analysis, uniaxial compression, multispectral imaging and low field NMR spectroscopy. *Journal of Food Science and Technology*, v. 54, n. 9, p. 2670-2683, 2017.
- BONAFÉ, Jaume Martínez. La ciudad en el curriculum y el curriculum en la ciudad. In: J. GIMENO, *Saberes e incertidumbres sobre el curriculum*. Madrid: Morata, 2010. 640p.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 fev. 2010. Seção I, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*, 2. ed. Brasília, 156p, 2014.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998.
- CASADEVANTE, L. J. F.; MORÁN, N. A. Nós plantamos! Urbanismo participativo y agricultura urbana en los huertos comunitarios de Madrid. *Habitat y Sociedad*, n. 4, p. 55-71, 2012. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/3963>>. Acesso em: 2 fev. 2018.
- CAXITO, M. L. C.; CORREIA, R. R.; GOMES, A. C. C.; JUSTO, G.; COELHO, M. G. P.; SAKURAGUI, C. M.; KUSTER, R. M.; SABINO, K. C. C. In vitro antileukemic activity of *Xanthosoma sagittifolium* (Taioba) leaf extract. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, ID 384267, <http://dx.doi.org/10.1155/2015/384267>, 2015.

- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 320 p.
- COUTINHO, M. N. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. 2010. 205p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DALA PAULA, B. M.; LOVO, I. C.; LOPES FILHO, J. D. The productive Garden: an experience in the city of Belo Horizonte, Brazil. *Urban Agriculture Magazine*, n. 23, p. 22-24, 2010.
- DUARTE, M. R.; HAYASHI, S. S. Estudo anatômico de folha e caule de *Pereskia aculeata* Mill. (Cactaceae). *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 15, n. 2, p. 103-109, 2005.
- FAO - Food and Agriculture Organization. *Cuestiones de la agricultura urbana*, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- FAO - Food and Agriculture Organization. *Segurança e Soberania alimentar*, 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2018.
- GIMÉNEZ, G. Territorio e identidad. Breve introducción a la geografía cultural. *Trayectorias*, n. 17, p. 8-23, 2005.
- HISSA, Cassio Eduardo Viana; WSTANE, Carla. Cidades incapazes. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 85-98, 2009. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/282>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 557p., 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.
- INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018. Disponível em: <<http://www.interkulturelle-gaerten.ch/site/de/aktuelles>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- KELEN, M. E. B.; IANA, S. V. N.; KEHL, K. C. K.; BRACK, P.; DA SILVA, D. B. *Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) hortaliças espontâneas e nativas*. Porto Alegre, UFRGS, 2015. 44p.
- KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. Teores de proteínas e minerais de espécies nativas, potenciais hortaliças e frutas. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 28, n. 4, p. 846-857, 2008.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la ciudad*. Madrid: Alianza Editorial, 1969. 169p.
- MARTINS, C. R, FARIAS, R. M. Produção de Alimentos X Desperdício: Tipos, Causas e Como Reduzir Perdas na Produção Agrícola – Revisão. *Revista da FZVA Uruguaiiana*, v. 9, n. 1, p. 20-32, 2002.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848.
- MORÁN, N. A. Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. III, p. 99-III, 2010.

ONU. United Nations. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/publications/international-migration-report-2017.html>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MÜLLER, C. Wurzeln schlagen in der Fremde, Internationale Gärten und ihre Bedeutung für Integrationsprozesse. oekom Verlag, München. 2002. Disponível em: <https://anstiftung.de/images/wurzeln_schlagen_in_der_fremde.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. 20º Festival do Ora-Pro-Nobis, 2017. Disponível em: <<http://site.sabara.mg.gov.br/programacao-do-festival-do-ora-pro-nobis/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. *Para Onde!?*, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

RIBEIRO, D. Cultura. *Revista do Brasil*, v. 1, ed. especial, 1986.

RODRIGUEZ-POLO, José Ramón. Bloqueo mediático, redes sociales y malestar ciudadano. Para entender el movimiento español del 15-M. *Palabra clave*, v. 16, n. 1, p. 45-68, 2013.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 209p.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Petrópolis, 2009. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/agrobiodiversidade/agrobiodiversidade-e-direitos-dos-agricultores>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. Los Nuevos Movimientos Sociales. OSAL, 177-188, 2001. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Los_nuevos_movimientos_socialesOSAL2001.PDF>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SCHIAVO, Ester; GELFUSO, Alejandro. Democracia y movimientos sociales emergentes: De la disputa por los territorios a las políticas sociales. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, p. 1-16, 2016 Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/viewFile/12948/9348>>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-moderna que estuda as sabedorias tradicionais. *Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 31-45, 2009.

UCLG – Committee on Social Inclusion Participatory Democracy and Human Rights. Inclusive Cities Observatory. Belo Horizonte, Brazil: Villa Viva Programme – Aglomerado da Serra. 7p., 2010. Disponível em: <https://www.uclg-cisdp.org/sites/default/files/Belo%20Horizonte_2010_en_final.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2018.

ZAAR, MIRIAM-HERMI. Agricultura Urbana: Algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XVI, n. 944, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

ZAPATA-BARRERO, R. Hacia un nuevo concepto de ciudadanía. *Revista Anthropos*, v. 191, p. 3-20, 2001.